

Livramento Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de
setembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais da Livramento Holding S.A. (“Companhia”), individual e consolidado, em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.



Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras intermediárias, que indica que, nessa data, o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o ativo circulante em R\$ 7.493 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 295.176 mil. Esses eventos e condições, juntamente com o fato que a Companhia está em processo de renegociação de suas dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, conforme descrito na mesma nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nosso relatório de revisão não está ressalvado em relação a esse assunto.

Florianópolis, 24 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8


Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos patrimoniais findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016			30.09.2017	31.12.2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	789	75	7.436	748	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	3.504	3.522
Contas a receber	6	-	-	2.549	1.895	Contas a pagar de fornecedores	12	170	181	12.357	14.845
Impostos a recuperar		-	-	2.487	4.643	Obrigações fiscais		1	-	1.858	3
Despesas pagas antecipadamente		-	-	4	126	Obrigações trabalhistas		16	15	8	15
Outras contas a receber		9	9	54	29	Provisões passivas	15	-	-	457	911
Total do ativo circulante		<u>798</u>	<u>84</u>	<u>12.530</u>	<u>7.441</u>	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	894	53.011
						Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	-	9.239
Impostos a recuperar		75	74	75	74	Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	592	222	592	222
Depósitos judiciais		-	-	18	18	Adiantamento de clientes		-	-	15	8
Fundos vinculados	7	-	-	2.767	2.156	Bonus Contratual - Weg Equipamentos Elétricos		-	-	12	-
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	4	2.975	-	-	Outras contas a pagar		101	101	326	321
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	51.255	46.217	-	-	Total do passivo circulante		<u>880</u>	<u>519</u>	<u>20.023</u>	<u>82.097</u>
Investimento em controladas	9	83.468	50.017	-	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	39.283	41.413
Imobilizado	10	108	126	176.778	153.635	Contas a pagar de fornecedores	12	-	-	-	5.118
Total do ativo não circulante		<u>134.910</u>	<u>99.409</u>	<u>179.638</u>	<u>155.883</u>	Provisão para perdas sobre investimento	9	69.511	88.324	-	-
						Adiantamento para futuro aumento de capital	8	251.493	249.054	251.493	249.054
						Ações preferenciais resgatáveis	13	109.000	109.000	109.000	109.000
						Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	67.545	24.046
						Total do passivo não circulante		<u>430.004</u>	<u>446.378</u>	<u>467.321</u>	<u>428.631</u>
						Patrimônio líquido negativo	16				
						Capital social		131.959	131.959	131.959	131.959
						Prejuízo acumulado		(427.135)	(479.363)	(427.135)	(479.363)
						Total do patrimônio líquido negativo		<u>(295.176)</u>	<u>(347.404)</u>	<u>(295.176)</u>	<u>(347.404)</u>
Total do ativo		<u>135.708</u>	<u>99.493</u>	<u>192.168</u>	<u>163.324</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>135.708</u>	<u>99.493</u>	<u>192.168</u>	<u>163.324</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	17	-	-	21.564	7.190
Custo de operação	18	-	-	(10.473)	(4.664)
Energia Elétrica comprada para Revenda		-	-	(268)	(9)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR		-	-	(540)	(6)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado		-	-	(1.101)	2.421
Serviços de Terceiros		-	-	(1.472)	(777)
Encargos do uso da Rede Elétrica		-	-	(866)	(885)
Depreciação		-	-	(4.868)	(4.870)
(-) reversão do impairment		-	-	58	-
Pessoal e administradores		-	-	(608)	(177)
Bônus contratual - O&M - Weg		-	-	(12)	-
Seguros		-	-	(120)	-
Perdas na desativação - equipamentos obsoletos		-	-	(513)	-
Arrendamento e aluguéis		-	-	(156)	(119)
Outros		-	-	(7)	(242)
Lucro bruto		-	-	11.091	2.526
Despesas operacionais					
Pessoal e administradores		-	-	(830)	(228)
Material		(2)	(1)	(3)	(2)
Serviços de terceiros	19	-	-	(682)	(634)
Arrendamentos e aluguéis		-	-	(38)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	52.264	(4.263)	-	-
Reversão de impairment	10	-	-	27.770	-
Depreciação	10	(18)	(17)	(18)	(17)
Outras receitas/despesas operacionais		-	(180)	(43)	(203)
Lucro (Prejuízo) operacional bruto		52.244	(4.461)	37.247	1.432
Receitas financeiras		12	-	272	187
Despesas financeiras		(28)	(48)	(2.282)	(10.228)
	20	(16)	(48)	(2.010)	(10.041)
Resultado líquido das operações continuadas antes do imposto de renda e contribuição social		52.228	(4.509)	35.237	(8.609)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.822)	-
Resultado líquido das operações continuadas		52.228	(4.509)	33.415	(8.609)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	24	-	-	18.813	4.100
Resultado líquido do período		52.228	(4.509)	52.228	(4.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Período de três meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	17	-	-	14.212	1.939
Custo de operação	18	-	52	(3.751)	(2.385)
Energia Elétrica comprada para Revenda		-	-	(11)	(1)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR		-	-	-	(6)
Varição do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado		-	-	-	-
Serviços de Terceiros		-	52	(966)	(250)
Encargos do uso da Rede Elétrica		-	-	(295)	(296)
Depreciação		-	-	(1.621)	(1.623)
(-) reversão do impairment		-	-	58	-
Pessoal e administradores		-	-	(334)	(91)
Bônus contratual - O&M - Weg		-	-	(2)	-
Seguros		-	-	(18)	155
Perdas na desativação - equipamentos obsoletos		-	-	(513)	-
Arrendamento e aluguéis		-	-	(156)	(119)
Outros		-	-	107	(154)
Resultado bruto		-	52	10.461	(446)
Despesas operacionais					
Pessoal e administradores		-	-	(390)	(66)
Material		-	(1)	(1)	(2)
Serviços de terceiros	19	-	-	(165)	(107)
Arrendamentos e aluguéis		-	2	(13)	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	9	6.258	(7.962)	-	-
Reversão de impairment	10	-	-	1	-
Depreciação	10	(6)	(5)	(6)	(5)
Outras receitas/despesas operacionais		-	-	(9)	42
Lucro (Prejuízo) operacional bruto		6.252	(7.914)	9.878	(588)
Receitas financeiras		8	-	106	66
Despesas financeiras		13	(19)	(1.191)	(5.285)
	20	21	(19)	(1.085)	(5.219)
Resultado líquido das operações continuadas antes do imposto de renda		6.273	(7.933)	8.793	(5.807)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.569)	-
Resultado líquido das operações continuadas		6.273	(7.933)	7.224	(5.807)
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	24	-	-	(951)	(2.126)
Resultado líquido do período		6.273	(7.933)	6.273	(7.933)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>		<u>Controladora e consolidado</u>	
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Resultado líquido do período	<u>6.273</u>	<u>(7.933)</u>	<u>52.228</u>	<u>(4.509)</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u>6.273</u>	<u>(7.933)</u>	<u>52.228</u>	<u>(4.509)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>131.959</u>	<u>(438.283)</u>	<u>(306.324)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>(4.509)</u>	<u>(4.509)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>131.959</u>	<u>(442.792)</u>	<u>(310.833)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>131.959</u>	<u>(479.363)</u>	<u>(347.404)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>52.228</u>	<u>52.228</u>
Saldos em 30 de setembro de 2017	<u>131.959</u>	<u>(427.135)</u>	<u>(295.176)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	30.09.2017	30.09.2016	30.09.2017	30.09.2016
Fluxo de caixa proveniente das operações					
Resultado do período		52.228	(4.509)	54.050	(4.509)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Custo de captação do empréstimo	11	-	-	21	69
Depreciação	10	18	17	6.175	6.004
Reversão do Impairment	10	-	-	(27.828)	-
Encargos s/ empréstimo	11	-	-	3.008	8.019
Provisão para perda	9	(52.264)	4.263	-	-
Receita diferida - Contrato CCEAR		-	-	-	578
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	14	-	-	1.101	(13.721)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	1.659	(1.354)
Estorno multa s/ lastro regulatório		-	-	(9.239)	-
(-) Variação do saldo de provisão acumulado		-	-	(11.378)	-
		(18)	(229)	17.569	(4.914)
Redução (aumento) nos ativos:					
Impostos a recuperar		(1)	(1)	2.155	1.187
Contas a receber		-	-	(654)	153
Despesas pagas antecipadamente		-	-	122	502
Outras contas a receber		-	117	(25)	508
		(1)	116	1.598	2.350
Aumento (redução) nos passivos:					
Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	-	520
Contas a pagar a fornecedores		(11)	26	(7.606)	3.223
Obrigações fiscais		1	(3)	33	(6)
Obrigações trabalhistas		1	(3)	(7)	(3)
Outras contas a pagar		-	-	17	220
Adiantamento a cliente		-	-	7	-
Provisões passivas		-	-	(454)	-
		(9)	20	(8.010)	3.954
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		(28)	(93)	11.157	1.390
Recebimento de seguro		-	-	-	38.983
Juros pagos	11	-	-	(2.654)	(3.865)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais		(28)	(93)	8.503	36.508
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em controladas		(5.038)	(55.788)	-	-
Devolução de AFAC	10.c	-	2.154	-	-
Adições ao ativo imobilizado	10	-	-	(2.026)	(1.479)
Baixas do ativo imobilizado	11	-	81	536	3.150
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento		(5.038)	(53.553)	(1.490)	1.671
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento					
Pagamento empréstimos - Principal	11	-	-	(2.523)	(17.513)
Amortização da dívida através do saldo a receber de seguro		-	-	-	(38.983)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		2.439	54.352	2.439	18.622
Operações com partes relacionadas		3.341	(614)	370	224
Fundos vinculados		-	-	(611)	(1.490)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento		5.780	53.738	(325)	(39.140)
Aumento ou redução no caixa e equivalentes		714	92	6.688	(961)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		75	55	748	2.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		789	147	7.436	1.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. (“Companhia”) foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 79,2 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 30 de setembro de 2017, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Sinistro ocorrido no parque eólico

Em 30 de setembro de 2017, as operações de quatro das cinco centrais geradoras eólicas estão inoperantes, exceto a Eólica Ibirapuitã (em operação comercial), em virtude da paralização das atividades de O&M pela WPE (Impsa) e do sinistro ocorrido no dia 20 de dezembro de 2014, em que foi registrada a queda de oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

As estruturas sofreram queda pelo forte impacto de rajadas de ventos derivadas de um fenômeno meteorológico raro chamado de microexplosão.

A Companhia comunicou o acidente à ANEEL e a seus clientes, uma vez que, na avaliação da Administração, o evento também se caracteriza como evento de caso fortuito ou força maior, e solicitou a suspensão dos contratos de venda de energia. A mesma se manifestou negativamente através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Dessa forma, a Companhia ingressou com uma ação judicial estando o processo em trâmite, aguardando julgamento.

Adicionalmente, a Companhia acionou o seu seguro operacional, como cobertura de danos materiais e lucros cessantes para indenização das perdas incorridas pela ocorrência do sinistro. O processo de regulação do sinistro foi finalizado e as seguradas firmaram acordo com a seguradora sobre o valor e o prazo para pagamento da indenização.

Falência da Wind Power Energia -WPE, empresa fornecedora dos aerogeradores

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL um pedido de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido. As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., encerraram-se em julho de 2015, com início da geração comercial em 27 de agosto de 2015.

Continuidade operacional

Atualmente as atividades da Companhia e sua controlada operacional, Eólica Ibirapuitã S.A., estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia e sua controlada Eólica Ibirapuitã, revertendo a situação apresentada até o 1º trimestre de 2017. Dentre as medidas, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D - (CCEE A"0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre somente da Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCS D em que as Eólicas do Sul - EOS - foram contempladas com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCS D A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a EOS foi contemplada com a descontração total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia descontraída de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela EOS, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031 através da SPE operacional Eólica Ibirapuitã.

O objetivo das empresas ao participarem do mecanismo é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, as Eólicas do Sul negociaram a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês a partir de abril de 2017.

Ademais, a Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para efetuar as seguintes ações para os parques eólicos de Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindades, como segue:

- Rescisão dos contratos de CCEAR, em virtude de ocorrência de caso fortuito ou força maior.
- Pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em virtude da falência da Wind Power Energia S.A. (Impsa) e do acidente climático.
- Verificar a possibilidade de manutenção da outorga com afastamento das penalidades que possam ser aplicadas com a rescisão dos contratos de CCEAR.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques que estão paralisados. Adicionalmente, a Administração entende que o direito de exploração (autorização) desses parques pode ser comercializado e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos parques que estão desativados. Como resultado, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas (Vide Nota Explicativa nº 23).

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PIEEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 20 de outubro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de setembro de 2017 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2016, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Contas-correntes bancárias	473	75	736	748
Aplicação financeira - Referenciado DI	316	-	6.700	-
	789	75	7.436	748

6 Contas a receber

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Provisão de venda de energia -MCSD- Geração	2.549	-
Venda de energia - Contrato CCEAR	-	569
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	-	23
Provisão de venda de energia- Contrato CCEAR	-	1.303
	2.549	1.895

O saldo de contas a receber refere-se a estimativa de venda de energia para o mês de setembro, uma vez que a Companhia venda a energia gerada no mês, sempre no mês subsequente, ou seja, a geração de energia do mês de setembro será vendida nos primeiros dias de outubro.

7 Fundos vinculados

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da dívida	2.234	2.086
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	533	70
	2.767	2.156

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 12). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

8 Partes relacionadas

a. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

Parte relacionada	Natureza	Controladora	
		30.09.2017	31.12.2016
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Despesas a reembolsar	-	208
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	-	27
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Despesas a reembolsar	-	23
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	-	74
Eólica Ibirapuitã S.A.	Despesas a reembolsar	4	2.643
Total de despesas a reembolsar		4	2.975
Total do ativo		4	2.975
		Controladora e Consolidado	
Parte relacionada	Natureza	30.09.2017	31.12.2016
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	592	221
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	-	1
Total de despesas a reembolsar		592	222
Brasil Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações	AFAC	30.028	29.028
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	AFAC	221.465	220.026
Total de AFAC		251.493	249.054
Total passivo		252.085	249.276

9 Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
30.09.2017					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	8.112	9.644	17.586	6.532	149.313
Passivo total	22.522	22.701	50.724	15.439	65.845
Patrimônio líquido	(17.252)	(18.595)	(39.261)	(13.216)	50.017
Resultado do exercício	2.842	5.538	6.124	4.309	33.451

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em 31.12.2016	Equivalência Patrimonial	Saldos em 30.09.2017
Ibirapuitã	50.017	33.444	83.468
Total - Continuadas	50.017	33.451	83.468
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(17.252)	2.842	(14.410)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(18.595)	5.538	(13.057)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(39.261)	6.124	(33.137)
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	(13.216)	4.309	(8.907)
Total - Descontinuadas	(88.324)	18.813	(69.511)
Total	(38.307)	52.264	13.957

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31.12.2016	Adições	30.09.2017
Eólica Cerro Chato IV S.A.	8.176	252	8.428
Eólica Cerro Chato V S.A.	10.172	62	10.234
Eólica Cerro Chato VI S.A.	20.696	131	20.827
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	7.002	104	7.106
Eólica Ibirapuitã S.A.	171	4.489	4.660
	<u>46.217</u>	<u>5.038</u>	<u>51.255</u>

Em 31 de dezembro de 2016, foram quitados os empréstimos das Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade através da integralização de capital de suas acionistas Brasil Plural e Eletrosul Centrais Elétricas S.A

10 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Em serviço				
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	25.839	25.839
Máquinas e equipamentos	-	-	153.184	151.771
Intangíveis	-	-	476	476
(-) Depreciação acumulada - Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	(2.538)	(1.892)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(15.013)	(9.932)
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	-	15.282	15.282
Intangíveis	-	-	226	226
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(1.196)	(814)
Administração				
Máquinas e equipamentos	130	130	130	130
Móveis e utensílios	26	23	26	23
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(89)	(72)	(89)	(72)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(6)	(5)	(6)	(4)
(-) <i>Impairment</i> (b)	-	-	(5.291)	(33.119)
Em curso				
Geração				
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	101.237	101.237
Material em depósito	-	-	5.672	5.642
A ratear	47	47	55	55
Estudos e projetos	-	-	21	21
(-) Provisão para perda (a)	(74.841)	(74.841)	(101.237)	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão				
Adiantamento a fornecedores (a)	74.841	74.841	-	-
Administração				
Móveis e utensílios	-	3	-	3
	<u>108</u>	<u>126</u>	<u>176.778</u>	<u>153.635</u>

a. Adiantamentos a fornecedores

Controladora

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A., tratando dos seguintes assuntos:

- A Wind Power reconheceu a multa por atraso na entrada em operação do Projeto Livramento no valor de R\$ 17.077. Foi estabelecida a realização de pagamentos adicionais de até R\$ 65.000 para a conclusão do Projeto Livramento. Ficou estabelecido que, em caso de não conclusão do Projeto Livramento em 2014, a Wind Power reembolsaria a Livramento por todos os custos referentes à compra de lastro de energia para cumprimento de suas obrigações contratuais.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

Consolidado

Refere-se aos adiantamentos efetuados ao fornecedor Wind Power Energia S.A., com os quais a Companhia e suas controladas possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos.

b. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Em 2017, devido a desconstrução dos contratos de CCEAR (descritos na nota explicativa nº 1) a Companhia revisou o fluxo de caixa da Eólica Ibirapuitã e reverteu parcialmente a provisão que estava constituída.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

Principais premissas adotadas

2016

Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,17% pós-tax De acordo com os contratos de CCEAR vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
Preço da receita	9,25% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro real)
PIS e COFINS	0,4% da receita bruta
Taxa de fiscalização da ANEEL	De acordo com as taxas ANEEL
Depreciação	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Pessoal, materiais, serviços e outros	Prazos das autorizações
Prazos do fluxo de caixa	100% da garantia física
Índice de geração	

c. Mapa de movimentação do imobilizado

Em serviço	Saldo em 31.12.2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	Reversão de Impairment	Saldos em 30.09.2017
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.947	-	-	(646)	-	23.301
Máquinas e equipamentos	141.839	1.996	(536)	(5.128)	-	138.171
Intangível	476	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.468	-	-	(382)	-	14.086
Administração						
Máquinas e equipamentos	58	-	-	(17)	-	41
Móveis e utensílios	19	3	-	(2)	-	20
(-) <i>Impairment</i>	(33.119)	-	-	-	27.828	(5.291)
Em curso						
Geração						
Adiantamento a fornecedores	101.237	-	-	-	-	101.237
Material de depósito	5.642	30	-	-	-	5.672
A ratear	55	-	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	(101.237)
Administração						
Móveis e utensílios	3	(3)	-	-	-	-
	<u>153.635</u>	<u>2.026</u>	<u>(536)</u>	<u>(6.175)</u>	<u>27.828</u>	<u>176.778</u>

Livramento Holding S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017

Em serviço	Saldo em 31.12.2015	Aquisições	Depreciação	Baixas	Impairment	Saldos em 31.12.2016
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.808	-	(861)	-	-	23.947
Máquinas e equipamentos	151.600	-	(6.611)	(3.150)	-	141.839
Intangível	476	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.978	-	(510)	-	-	14.468
Administração						
Máquinas e equipamentos	80	-	(22)	-	-	58
Móveis e utensílios	20	-	(1)	-	-	19
(-) Impairment	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso						
Geração						
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(10)	-	-
Adiantamento a fornecedores	101.362	-	-	(125)	-	101.237
Material de depósito	4.025	1.617	-	-	-	5.642
A ratear	55	-	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão						
Adiantamento a fornecedores	3	-	-	(3)	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3
	<u>196.430</u>	<u>1.617</u>	<u>(8.005)</u>	<u>(3.288)</u>	<u>(33.119)</u>	<u>153.635</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
BNDES - Principal	43.006	45.158
BNDES - Encargos	141	158
BNDES - Custos de captação	(360)	(381)
	<u>42.787</u>	<u>44.935</u>
Circulante	3.504	3.522
Não circulante	39.283	41.413

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Circulante		
Saldo início do período	3.522	112.964
Transferências do não circulante	2.499	3.293
Encargos	2.639	8.955
Amortização do custo de captação do empréstimo	21	1.217
Amortização da dívida através do saldo a receber do seguro	-	(38.983)
Amortização da dívida através de AFAC (a)	-	(47.780)
Amortizações (juros e principal)	(5.177)	(36.144)
Saldo no final do período	<u>3.504</u>	<u>3.522</u>
Não circulante		
Saldo início do período	41.413	44.099
Encargos	369	607
Transferências para o circulante	(2.499)	(3.293)
Saldo no final do período	<u>39.283</u>	<u>41.413</u>
	<u>42.787</u>	<u>44.935</u>

- (a) Pagamento efetuado diretamente pelo acionista Brasil Plural ao BNDES, através de integralização de AFAC.

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R\$ 187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação).

Em dezembro de 2016, os financiamentos nos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades foram liquidados através de aporte de capital dos acionistas.

Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: principal e juros - mensais a partir de julho de 2014.

b. Garantias

- (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos.
- (b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas.
- (c) Recebíveis e conta reserva.

Compromisso contratual (covenant)

O *covenant* do financiamento é exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ ao final do exercício, os quais não foram atendidos em 31 de dezembro de 2016. A Companhia solicitou waiver para o BNDES, que será respondido juntamente com demais pleitos realizados que alterarão os contratos de modo a refletir a nova fase do empreendimento, onde não há mais venda de energia em contratos regulados com as distribuidoras (CCEARs).

12 Fornecedores

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Encargos do Uso de Transmissão - TUSD	109	126
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	711	214
Espinilho Agropecuária Ltda	59	-
Dressler Associados Contabilidade e Finanças	40	157
Delta Comercializadora de Energia	-	13
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (a)	11.212	14.176
Silvio Pino Valente	2	15
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogado	99	-
Umbu Agropastoril S/A	119	-
Larissa Simões Pires da Rosa -ME	1	-
Banco Bradesco BBI	5	-
Outros	-	144
	12.357	14.845
Total do circulante	12.357	14.845
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (a)	-	5.118
Total do não circulante	-	5.118

(a) A Companhia firmou termo aditivo com WEG a fim de determinar o valor e prazo de pagamento do saldo remanescente referente ao contrato do fornecimento, montagem e comissionamento dos aerogeradores. O saldo apresentado, em 30/09/2017, todo no circulante devem-se a parcelas mensais, a vencer, desta dívida, a qual tem a

última parcela vincenda em 31/03/2018.

13 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a 109.000.000 (mesmo valor em 2015) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, estas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. A apresentação desse instrumento está de acordo com o previsto no CPC 39, que define a apresentação de ações preferenciais com as referidas características como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores, por isso, até 2015, tais ações estavam classificadas no passivo financeiro. Em 2016, a Companhia obteve com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (proprietária de 100% das ações preferenciais) uma formalização de que essas ações não serão resgatadas durante o exercício de 2017. Dessa forma, estas foram classificadas no passivo não circulante.

14 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foi inferior aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste período. Em função do fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que esta possui com o CCEAR a ser liquidados nos exercícios subsequentes. Os desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos ao final do ano contratual. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância, acima de 90% de geração, serão ressarcidos no final do primeiro quadriênio. Vale ressaltar que, conforme mencionado na nota explicativa 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, não havendo mais o risco de ressarcimento por geração reduzida previsto nos contratos firmados no ACR, descontinuados a partir de abril de 2017.

Livramento Holding S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017

	30.09.2017	31.12.2016
Faturamento sazonal	3.209	11.095
Geração de energia	<u>(2.090)</u>	<u>(10.263)</u>
Ressarcimento líquido (a)	1.119	832
(+) Variação do PLD (b)	<u>540</u>	<u>1.261</u>
Ressarcimento bruto (a + b)	1.659	2.093
Circulante		
Saldo início do período	53.011	43.340
Geração reduzida (abaixo de 10%)	894	-
Ajustes (c)	-	1.563
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	-	(253)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	-	8.361
Transferência para o longo prazo - SPE's sinistradas	<u>(53.011)</u>	<u>-</u>
Saldo no final do período	(894)	53.011
Não circulante		
Saldo início do período	24.046	45.141
Geração reduzida (acima de 10%)	765	2.093
Transferência para o longo prazo - SPE's sinistradas	53.011	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	1.101	(2.168)
Atualização IPCA sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas	253	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	<u>(11.631)</u>	<u>(21.020)</u>
Saldo no final do período	67.545	24.046

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita.
(b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
(c) Ajuste do ressarcimento, lançado erroneamente em 2015 como Multa e Lastro regulatório - CCEE.
(d) Ajuste do ressarcimento de 2015 e 2016 conforme PLD quadrienal atualizado. O saldo de ressarcimento contrato CCEAR das SPE's sinistradas é composto dos seguintes valores:

Até o 1º trimestre de 2017 a Companhia utilizava como critério de provisionamento a data de suspensão da operação comercial ocorrida em outubro de 2015, considerando multas previstas no contrato de CCEAR. Todavia, com a adoção ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia reavaliou a estimativa da sua provisão, mensurando o efeito de não geração até o efetivo cancelamento dos seus contratos CCEAR junto as Distribuidoras. A nova estimativa da Administração considera o ressarcimento anual e quadrienal, menos as receitas fixas contratuais (RFU) e atualização dos valores não liquidados pelo IPCA, como segue:

	Anual	Quadrienal	Receitas a receber	Atualização IPCA	Total - LP
Eólica Ibirapuitã S.A.					
Cerro Chato IV S.A	17.929	4.385	(8.422)	65	13.957
Cerro Chato V S.A	16.912	5.316	(10.041)	57	12.244
Cerro Chato VI S.A	29.831	12.360	(12.683)	93	29.601
Cerro dos Trindade S.A	11.263	3.916	(7.030)	38	8.187
Total	75.935	25.977	(38.176)	253	63.989

Conforme descrito na nota explicativa nº 22.a, a Companhia está questionando judicialmente o excludente de responsabilidade do sinistro ocorrido nos parques Cerro Chato IV a VI e Cerro dos Trindades. Todavia, devido a existência de obrigação legal (contratual) existente, mantém a provisão contábil dos valores de ressarcimento até que se obtenha o trânsito em julgado do referido questionamento judicial.

15 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Meio ambiente	12	12
Gerenciamento	445	456
Aerogeradores (Weg Equipamentos Elétricos S.A.)	-	443
	457	911

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

	30.09.2017 e 31.12.2016		
	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.659.965	49%	64.660
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	10%	13.196
Rio Bravo Energia I	54.103.236	41%	54.103
	131.959.112	100%	131.959

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as 131.959.112 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País. Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 13.

Segue quadro com as informações consolidadas:

	Consolidado e Controladora				
	PL	%	Ações resgatáveis	%	Total
Eletrosul Centrais Elétricas	64.660	49%	61.910	56,8%	126.570
ELOS	13.196	10%	2.400	2,2%	15.596
Brasil Energia Renovável	54.103	41%	44.690	41%	98.793
	131.959	100,00%	109.000	100,00%	240.959

Conforme Estatuto Social, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 161.959 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do capital social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações, de acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

17 Receita operacional líquida

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Receita Operacional bruta				
Receita de venda de energia - Comercialização	9.403	-	9.722	-
Receita de venda de energia - Geração	7.021	-	12.757	-
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	169	(7)	236	196
Receita de venda de energia - lastro	-	-	97	-
Receita de venda de energia - CCEAR	1	2.982	3.210	8.506
Receita de venda de energia - CCEAR 2016	-	-	2	-
Ressarcimento por geração reduzida	-	(1.356)	(1.119)	(2)
Receita diferida - contrato CCEAR (a)	-	694	-	(578)
Deduções da receita bruta				
PIS	(423)	(63)	(588)	(156)
COFINS	(1.944)	(290)	(2.705)	(719)
Taxa de fiscalização ANEEL	(15)	(21)	(48)	(57)
	<u>14.212</u>	<u>1.939</u>	<u>21.564</u>	<u>7.190</u>

- (a) O faturamento mensal do contrato CCEAR é calculado de acordo com o MWh médio anual, sendo necessário ajustá-lo contabilmente de acordo com a disponibilidade mensal. Tal valor é registrado no passivo ou ativo, dependendo a sazonalidade, e mesma vai se ajustando mensalmente até zerar no final do ano.

18 Custos de operação

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Serviços de terceiros	(966)	(250)	(1.472)	(777)
Compra de energia elétrica para revenda	(11)	(1)	(268)	(9)
Bônus contratual - Weg	(2)	-	(12)	-
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	-	-	(1.101)	2.421
Encargos de Uso da Rede Elétrica - TUSD	(295)	(296)	(866)	(885)
Ressarcimento por geração reduzida CCEAR	-	(6)	(540)	(6)
Depreciação	(1.621)	(1.623)	(4.868)	(4.870)
(-) Reversão do Impairment	58	-	58	-
Pessoal e administradores	(334)	(91)	(608)	(177)
Seguro	(18)	155	(120)	-
Arrendamento e aluguéis	(156)	(119)	(156)	(119)
Perdas na desativação - equipamentos obsoletos	(513)	-	(513)	-
Outros	107	(154)	(7)	(242)
	<u>(3.751)</u>	<u>(2.385)</u>	<u>(10.473)</u>	<u>(4.664)</u>

19 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Serviços Administrativos, Contábeis e Financeiros	(97)	(64)	(254)	(242)
Serviços de auditoria	(21)	(10)	(36)	(47)
Serviços advocatícios	(6)	-	(288)	-
Assessoria jurídica	-	-	-	-
Serviços de custódia	(2)	(1)	(4)	(3)
Serviços de assessoria	-	-	-	(90)
Despesas de viagens	(5)	(4)	(11)	(12)
Telefone e Internet	(6)	-	(19)	(1)
Passagens	(6)	(3)	(9)	(16)
Despesas com cartório	(2)	(4)	(8)	(61)
Publicações legais	-	1	(6)	(49)
Convênio de entidades	(10)	-	(21)	-
Outros	(10)	(22)	(26)	(113)
	<u>(165)</u>	<u>(107)</u>	<u>(682)</u>	<u>(634)</u>

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Rendimentos de aplicação financeira	8	-	12	-
Receitas financeiras	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>-</u>
Despesas bancárias	(2)	-	(2)	(1)
Despesas com financiamento	15	(19)	(26)	(47)
Despesas financeiras	<u>13</u>	<u>(19)</u>	<u>(28)</u>	<u>(48)</u>
	<u>21</u>	<u>(19)</u>	<u>(16)</u>	<u>(48)</u>

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Receita de multa e juros	2	-	28	-
Rendimentos de aplicação financeira	104	66	244	187
Receitas financeiras	106	66	272	187
Despesas bancárias	(9)	(6)	(22)	(6)
Juros e multas de mora	-	(61)	-	(80)
Juros e multas contratuais	(273)	(4.080)	(1.088)	(6.577)
(-) Estorno de juros e multas contratuais	-	-	1.934	-
Encargos s/ financiamento	(980)	(1.096)	(3.008)	(3.313)
Despesas com financiamento	71	(43)	(98)	(252)
Outros	-	1	-	-
Despesas financeiras	(1.191)	(5.285)	(2.282)	(10.228)
	(1.103)	(5.219)	(2.010)	(10.041)

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	30.09.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	789	-	75	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	170	-	181
Outras contas a pagar	-	101	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

	Consolidado			
	30.09.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.436	-	748	-
Fundos vinculados	2.767	-	2.156	-
Contas a receber de clientes	2.549	-	1.895	-
Outras contas a receber	54	-	29	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	42.787	-	44.935
Fornecedores	-	12.357	-	19.963
Outras contas a pagar	-	338	-	321
Ações preferenciais regatáveis	-	109.000	-	109.000

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2017, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 30 de setembro de 2017 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 30 de setembro de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

		Taxa	Cenário	Cenário
Moedas e índices		2017	possível Δ 25%	remoto Δ 50%
CDI		6,99%	8,74	10,49
TJLP		7,00%	8,88	10,65
			Consolidado	
	Saldo em		Cenário possível	Cenário
	30.09.2017	Exposição	(25%)	remoto (50%)
Ativo				
Fundos vinculados	2.767	CDI	3.009	3.057
			Consolidado	
	Saldo em		Cenário possível	Cenário
	30.09.2017	Exposição	(25%)	remoto (50%)
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	42.787	TJLP	46.531	47.278

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 12.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22 Contingências

Em 2017 e 2016, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esferas judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

a. Excludente de responsabilidade

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

Conforme demonstrado na nota explicativa n° 14, a Companhia está provisionando os valores de ressarcimento por geração reduzida desses contratos até que se tenha um julgamento de mérito da ação acima descrita, conforme determina a pronúncia contábil CPC 25.

b. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de

descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2017.

23 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2017 a 30.09.2017	01.01.2016 a 30.09.2016
Receita operacional líquida	7	8	-	(62)
Custo da operação				
Serviços de terceiros	(78)	(68)	(244)	(676)
Encargos do uso da rede elétrica	-	5	-	(651)
Depreciação	(545)	(373)	(1.289)	(1.117)
(-) Estorno multa s/ lastro regulatório	-	-	9.239	-
(-) Variação do saldo de provisão acumulado (a)	-	-	11.631	-
(-) Reversão da provisão para atendimento do contrato CCEAR	-	-	-	12.659
Outros	(73)	(105)	(191)	(544)
Resultado bruto	(689)	(533)	19.146	9.609
Despesas operacionais e financeiras				
Serviços de terceiros	-	(1)	-	(19)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-
Material	2	-	(2)	(1)
Outras receitas/despesas operacionais	3	78	-	-
Tributos	-	(497)	-	(545)
Despesas dedutíveis	-	(118)	-	(118)
Venda de sucata	-	40	-	40
Receita financeira	-	79	-	139
Despesa financeira	(267)	(1.174)	(331)	(5.005)
	(262)	(1.593)	(333)	(5.509)
	(951)	(2.126)	18.813	4.100

- (a) Conforme descrito na nota explicativa nº 14 no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia revisou o seu critério de provisão de ressarcimento dos contratos de CCEAR e com isso, estornou a multa constituída e atualizou os valores a restituir relacionados aos referidos contratos.